



**3º Relatório de
Avaliação e Monitoramento
do Programa INTERÁGUAS**

Acordo de Empréstimo Nº 8074-BR

Julho 2014

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO	3
3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS	5
4. ASPECTOS OPERACIONAIS	9
5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	11
6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	13
7. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS	14
8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA	15

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento apresenta um panorama geral da implementação do Programa INTERÁGUAS, contemplando o período compreendido entre 1º de julho de 2013 à 30 de junho de 2014.

Para a elaboração desse relatório foram utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA. Também foram utilizadas como suporte as informações constantes das Ajudas à Memória elaboradas após as missões de apoio à implementação do Programa INTERÁGUAS durante o período.

A estrutura do Relatório apresenta uma visão global do andamento do Programa, considerando os aspectos de planejamento, fiduciários, operacionais, institucionais, de avaliação e ambientais, como também uma rápida abordagem acerca do desenvolvimento do Programa.

2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO

Destacam-se nesse ponto 3 (três) instrumentos principais de planejamento: o Plano Operativo Anual - POA, o Plano de Aquisições - PA e a Revisão de Meio Termo - RMT.

2.1 Plano Operativo Anual - POA

O Plano Operativo Anual - POA é o documento de programação que apresenta as ações que serão desenvolvidas no período, bem como quantifica os recursos financeiros envolvidos para o pagamento das atividades daquele ano. Ele é elaborado a partir das ações definidas no Plano de Aquisições do Programa e seus valores refletem a LOA – Lei Orçamentária Anual.

O POA 2013 foi enviado ao Banco como anexo ao segundo relatório de monitoramento em 30 de Agosto de 2013, enquanto o POA 2014 foi encaminhado em 28/04/2014.

Abaixo apresenta-se um resumo do POA 2014 por componente.

Componente	Valor (R\$)
Gestão de Recursos Hídricos	8.623.842,92
Água, Irrigação e Defesa Civil	4.360.000,00
Abastecimento de Água e Saneamento	12.246.571,00
Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado	3.421.927,16
Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação	156.182,09
Total	28.808.523,17

2.2 Plano de Aquisições - PA

O Plano de Aquisições é o documento que apresenta informações detalhadas, mas de forma não exaustiva, sobre as atividades que serão executadas no âmbito do Programa e conduzidas por cada executor. As informações que são apresentadas dizem respeito à modalidade de licitação, prazos previstos (início e término) e valores, por exemplo.

As informações sobre o Plano de Aquisições são inseridas no SEPA – Sistema de Execução do Plano de Aquisições, do Banco Mundial.

Ressalta-se que o Plano de Aquisições é um instrumento de planejamento dinâmico, o qual pode ser constantemente atualizado, permitindo a inserção ou exclusão de atividades, como também a reprogramação de prazos.

Apesar de o Plano de Aquisições necessitar ser atualizado pelo menos uma vez por ano, alguns executores o revisam com uma periodicidade mais curta, incluindo ou retirando ações.

No dia 9 de dezembro de 2013, o especialista em licitações do Banco se reuniu com as equipes das UGPs, com o propósito de avaliar a situação dos processos de seleção de cada executor e discutir o estágio do Plano de Aquisições. Na oportunidade, foi lembrado que o Plano de Aquisições, conforme as Diretrizes do Banco, deve ser atualizado ao menos anualmente e que também deve ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa.

Durante a 4ª Missão de Supervisão do Programa ficou acertado que os executores apresentariam seu Plano de Aquisições até o final do mês de julho.

2.3 Revisão de Meio Termo – RMT

Passados mais de 2 anos do seu início, percebe-se a necessidade de promover ajustes no Programa. Mudanças no contexto político, demandas da sociedade, novas questões técnicas e dificuldades em implementar as atividades inicialmente previstas são alguns exemplos de fatores que corroboram a necessidade de ajustes.

Diante deste cenário, surge a Revisão de Meio Termo - RMT como uma oportunidade de ajuste no Programa, permitindo atingir de forma mais certa os objetivos do Programa. Tais ajustes poderão ser feitos por meio da exclusão de atividades inicialmente previstas, cancelamento de valores, alterações de percentuais de contrapartida e extensão de prazo.

Além dessas alterações também será possível a exclusão, inclusão, correção e aperfeiçoamento de indicadores inicialmente definidos, como também aumentar ou reduzir metas propostas.

Conforme definido pelos executores do Programa, o processo de RMT tem sua previsão de término em março de 2015. Durante esse período será possível fazer uma avaliação parcial do Programa, verificando a aderência entre as atividades planejadas/executadas e os resultados previstos, os quais poderão ser mensurados.

3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

3.1 Gerenciamento Financeiro

Em relação aos Relatórios Financeiros Interinos – IFR, que devem ser encaminhados ao Banco Mundial até 45 dias após o término de cada trimestre, no período compreendido por esse relatório de monitoramento, foram enviados ao Banco os IFR's referentes aos seguintes períodos:

Trimestre	Data de envio
3º Trimestre de 2013	19/12/2013
4º Trimestre de 2013	24/3/2014
1º Trimestre de 2014	15/5/2014

No dia 5 de dezembro de 2013, o Especialista em Gerenciamento Financeiro, Eduardo França, reuniu-se com as equipes das UGP's, com o objetivo principal de fazer uma revisão dos procedimentos de gerenciamento financeiro, como também verificar todos os arranjos necessários, além de realizar o acompanhamento da evolução dos apontamentos e recomendações formuladas.

Nessa ocasião, foi alertado que o Interágua ainda possui itens que necessitam de ações, como:

- i) garantir que os demonstrativos financeiros (IFRs) sejam gerados no SIGMA em todos os executores.
- ii) implementar modificações e ajustes realizados no SIGMA e operacionalizar o sistema em todas as UGPs.
- iii) desenvolver a metodologia que será utilizada para realizar a avaliação de possíveis co-executores (estados e municípios).

Em relação ao desenvolvimento de metodologia para a avaliação de possíveis co-executores, verificou-se que, até o período que compreende esse relatório de monitoramento, essa recomendação ainda não foi atendida. Todavia, em relação aos demonstrativos financeiros (IFR-1A e 1B), considerando a necessidade de ajustes nesses demonstrativos que permitam o adequado gerenciamento financeiro do Programa, a STP encaminhou o Ofício Nº 005/2013/STP/INTERÁGUAS-ANA, de 13/11/2013, ao Secretário-Executivo do MMA, solicitando a promoção de inúmeros ajustes nos citados relatórios, inclusive encaminhando, anexo ao Ofício, um modelo já ajustado, a fim de auxiliar a equipe de TI responsável pela implementação das modificações propostas.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelo MMA para a implementação das alterações propostas nos citados relatórios, decidiu-se que o SIGMA continuará sendo utilizado pelo Programa, uma vez que contém inúmeras outras informações gerenciais (não financeiras), mas que também passaria a ser utilizado o sistema federal conhecido como SIAFI Gerencial

para a extração das informações financeiras necessárias à preparação dos relatórios financeiros de gerenciamento do Programa.

No período que compreende esse relatório, o Banco avaliou os procedimentos fiduciários como “moderadamente satisfatórios”. Verificou-se também que o projeto apresentou poucas evoluções em relação às deficiências anteriormente identificadas. Entretanto, o Banco considerou que as ações executadas até o momento garantem as informações necessárias para o monitoramento e a gestão adequada dos recursos financeiros do projeto, no atual estágio. O Banco também avaliou o Risco de Controle, mantendo-o na condição de “Baixo”.

3.2 Orçamento

Dificuldades orçamentárias são previstas utilizando-se a fonte 148 (fonte de recursos do empréstimo), uma vez que grande parte do orçamento desta fonte está sofrendo contingenciamento. Como é explicado pelas áreas orçamentárias e financeiras da ANA, a fonte 148 concorre diretamente com a fonte 100, sendo que essa última é utilizada para o pagamento de despesas ordinárias da Agência.

Neste sentido, visando cumprir à risca o pagamento de contratos em andamento, optou-se por utilizar mais a fonte 183 (pagamento pelo uso de recursos hídricos), visto que o aporte de recursos nessa fonte é menos demorado que a 148.

Esse problema ainda não foi vislumbrado pelos outros executores visto que a execução ainda é baixa. No entanto, caso as contratações ocorram no ritmo desejado, esse problema será evidenciado. Desta forma, o Comitê Gestor do Programa deverá atuar de forma intensa, necessitando gestões junto às SPOAS e ao Ministério do Planejamento.

3.3 Desembolsos e Fluxo Financeiro

Verificou-se que, do total de recursos do empréstimo (US\$ 107,3 milhões), até junho de 2014 o projeto desembolsou o valor de aproximadamente US\$ 6,23 milhões, o que representa cerca de 5,7%.

Em relação aos desembolsos efetuados pelo Programa, até junho de 2014 foram os seguintes pedidos de desembolso de recursos do empréstimo:

Descrição	Data	Valor US\$
Front-and-Fee	03/05/2012	268.331,25
Pedido Desemb. Ofício em 23/10/2012	16/11/2012	2.000.000,00
Pedido Desemb. Ofício em 05/05/2014	09/05/2014	3.900.000,00
TOTAL		6.168.331,25

Em relação aos juros incidentes sobre os valores desembolsados do empréstimo, a tabela abaixo relaciona os pagamentos já realizados desde o início da vigência do Programa até junho de 2014:

Pagamento de Juros - Programa Interágua		
Data	Valor (US\$)	Valor (R\$)
03/12/2012	1.964,63	4.060,30
03/05/2013	12.484,37	25.202,20
12/11/2013	10.146,99	23.877,90
06/05/2014	9.403,49	21.058,18
Total	33.999,48	74.198,58

3.4 Pedidos de Saque

A tabela abaixo apresenta os valores individualizados referentes aos pedidos de saques realizados, por executor, como também em seu total geral, desde o início da vigência do Programa até junho de 2014.

Executor	Valor liberado		
	Data	Valor US\$	Valor R\$
MMA	12/9/2013	120.000,00	271.800,00
MMA	15/5/2014	172.000,00	381.324,00
MMA	23/5/2014	12.000,00	26.520,00
MMA	03/6/2014	83.275,82	187.878,58
Subtotal MMA		387.275,82	867.522,58
ANA	5/11/2013	127.000,00	288.798,00
ANA	7/5/2014	384.000,00	852.480,00
Subtotal ANA		511.000,00	1.141.278,00
MCid	6/6/2013	235.000,00	498.670,00
MCid	15/5/2014	3.355.704,60	7.439.597,10
Subtotal MCid		3.590.704,60	7.938.267,10
Total dos Pedidos de Saque		4.488.977,42	9.947.067,68

3.5 Auditoria Externa

Conforme consta do Documento de Avaliação do Projeto-PAD, o Programa deverá ser submetido a auditorias externas anuais realizadas pela Secretaria Federal de Controle-SFC, da Controladoria-Geral da República-CGU, a qual deverá observar as diretrizes de auditoria estabelecidas nos Termos de Referência satisfatórios para o Banco Mundial, emitindo relatórios anuais de auditoria do Projeto, a serem enviados ao Banco Mundial seis meses após o fechamento de cada ano civil.

Face à inexistência de gastos no exercício de 2012, o Programa não foi auditado pela CGU nesse período, o que motivou a STP a encaminhar ao Banco o Ofício (nº 01/2014/STP/INTERÁGUAS-ANA, de 15 de janeiro de 2014) contendo pedido de excepcionalidade de encaminhamento de relatório de auditoria do Programa, para o ano de 2012, como também pedido para que a CGU, junto com a auditoria do ano de 2013, incluísse também o exercício de 2012, produzindo, assim, um único relatório dos exercícios de 2012 e 2013.

Em razão dessa solicitação de excepcionalidade formulada pela STP, o Banco emitiu expediente, em 7/3/2014, concedendo a exceção solicitada, permitindo, assim, que o primeiro relatório de auditoria contemplasse o período total de 30 de abril de 2012 a 31 de Dezembro de 2013 (correspondente a 21 meses), devendo esse relatório de auditoria ser encaminhado ao Banco até 30 de junho de 2014.

Por meio do Ofício nº 16497/2014/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 02/07/2014, a CGU encaminhou o Relatório de Auditoria n.2014008198 sobre o Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

Apresenta-se abaixo a conclusão desse relatório:

“O Projeto BIRD 8074-BR até o momento vem apresentando uma execução tanto física quanto financeira extremamente baixa. Apesar disso, verifica-se que há alguma movimentação por parte de alguns parceiros para levar adiante a implementação.

Essa baixa execução é resultado de fragilidades e dificuldades existentes nos controles internos do projeto, como a alta rotatividade de pessoal, a falta de atuação do Comitê Gestor, procedimentos de Não Objeção extremamente detalhistas, alta quantidade de objetivos a serem alcançados em um período muito curto, conforme detalhado no item 1.1.2.1 deste Relatório.

Sendo assim, considerando que o projeto já está com dois anos de vigência e que existem apenas mais dois para sua conclusão, estima-se que os objetivos previstos não serão alcançados.

Logo, é recomendável que os parceiros e o BIRD, se for de interesse de todos, levem em consideração uma redução dos objetivos previstos e dos valores pactuados, assim como uma prorrogação na vigência do projeto e, principalmente, o maior envolvimento dos dirigentes dos órgãos parceiros. Caso contrário, não se vislumbra qual a finalidade de se manter o Programa Interáguas nas condições atuais.”

Entende-se que o relatório de auditoria expressou o real andamento do Programa e ressaltou a necessidade de revisão do Programa, passando por ajustes nos valores pactuados, dentre

outros. Nesse sentido, desde julho de 2014 o Programa iniciou o processo de Revisão de Meio Termo.

4. ASPECTOS OPERACIONAIS

4.1 Aquisições

No período a que o presente relatório se refere diversos processos de licitação foram iniciados, como também finalizados. Mais abaixo, no item 7, haverá uma apresentação dos processos licitatórios que resultaram em contratações.

4.2 Manual Operativo do Projeto – MOP

O Manual Operativo do Projeto é um documento que deve refletir os acordos e informações constantes do Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e também dos termos do Acordo de Empréstimo. O Manual deve ser revisado sempre que necessário e deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa. Nesse sentido, a STP e as UGPs promoveram uma revisão do MOP. As mudanças mais significativas dizem respeito à apresentação de um roteiro de referência para os procedimentos licitatórios.

A STP se comprometeu a encaminhar a revisão do MOP até 31 de julho e, tão logo possível, submeterá a versão revisada à aprovação do Comitê Gestor.

4.3 Projetos de Cooperação Técnica – PCT

Os Projetos de Cooperação Técnica (PCT) são instrumentos celebrados com organismos internacionais, com a finalidade de ampliar a capacidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento do setor água. Em relação ao Programa Interáguas, os PCT's desempenham papel relevante na viabilização de contratações pelos executores.

Em razão de divergência acerca dos percentuais a serem pagos a título de taxa administrativa, o MCid e o MMA cancelaram seus PCT's celebrados com a Organização de Estados Americanos (OEA). A legislação brasileira define que o percentual máximo a ser pago a título de taxa administrativa é de 5% enquanto a OEA exigiu uma taxa de 11%. Em razão desse não acordo a respeito das taxas cobradas, esses executores optaram por cancelar o PCT com a OEA e celebrar um novo instrumento com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Entende-se como positivo que todos os executores tenham celebrado seus PCT's com o IICA, permitindo assim que esse organismo internacional coopere de forma transversal, havendo, dessa forma, uma intensa troca de experiências entre os envolvidos no Programa.

No período de análise desse Relatório, verificou-se que o MCid já havia conseguido assinar o seu PCT com o IICA e o MMA estava em processo final de assinatura.

A tabela abaixo apresenta os valores dos Projetos de Cooperação Técnica, assinados no âmbito do INTERÁGUAS, por cada um dos executores.

Instituição Executora	Organismo Internacional	Valor total do PCT (R\$)	Valor repassado*
Agência Nacional de Águas	IICA	5.131.245,00	525.000,00
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	IICA	7.000.000,00	0
Ministério da Integração Nacional	IICA	82.786.000,00	3.890.000,00
Ministério das Cidades	IICA	46.090.800,00	0
Total		141.008.045,00	4.415.000,00

*período 2012/2013

4.4 Participação de Co-Executores

Os documentos do empréstimo previam o repasse de recursos e o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento institucional e prestação de assistência técnica aos entes subnacionais (estados, municípios), no âmbito do Programa Interáguas, com incentivo da gestão associada de recursos hídricos.

Também foi prevista a realização de uma avaliação da capacidade para gerenciamento financeiro de eventuais co-executores (estados e municípios). Nesse sentido, o Banco elaborou diretrizes para que as UGP's pudessem realizar essa avaliação, as quais indicavam os aspectos que deveriam ser analisados/ avaliados, como também foi sugerida uma matriz de riscos que formatava os resultados e ações mitigadoras de eventuais riscos. Essas diretrizes serviriam de modelo para que os executores do INTERÁGUAS elaborassem suas avaliações.

De fato, a ANA era o executor que tinha uma maior intenção de celebrar convênios com os Estados, no entanto, em razão de decisão de sua Diretoria Colegiada, não se vislumbra, no momento, a possibilidade de celebração desses instrumentos no âmbito do INTERÁGUAS.

Sabe-se que essa não inserção dos entes subnacionais como co-executores do Programa impactará nos resultados previstos, fato esse que corrobora a necessidade da Revisão de Meio Termo.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5.1 Arranjo Institucional

A estrutura organizacional do projeto se manteve a mesma desde a efetividade do mesmo, com 4 instituições implementadoras: Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas.

5.2 Comitê Gestor do Programa – CGP

O Comitê Gestor do Programa tem, dentre suas atribuições, estabelecer diretrizes de orientação para o planejamento, a programação e a execução física do Programa, como também efetuar a supervisão da execução dos Componentes do Interágua.

Em maio de 2014, foi publicada uma nova composição do CGP, cujos participantes são secretários e secretários-executivos dos Ministérios. Segue abaixo a nova composição do CGP:

Representantes dos Executores do Programa:

a) Ministério do Meio Ambiente:

1. Titular: Ney Maranhão
2. Suplente: Claudia Monique Frank de Albuquerque
3. Titular: Francisco Gaetani
4. Suplente: Ernani Lustosa Kuhn
5. Titular: Paulo Lopes Varella Neto
6. Suplente: Ricardo Medeiros de Andrade

b) Ministério da Integração Nacional:

1. Titular: Irani Braga Ramos
2. Suplente: Miguel Ivan Lacerda de Oliveira
3. Titular: Adriano Pereira Junior
4. Suplente: José Machado
5. Titular: Robson Afonso Botelho
6. Suplente: Amarildo Baesso

c) Ministério das Cidades:

1. Titular: Carlos Antônio Vieira Fernandes
2. Suplente: Lauseani Santoni
3. Titular: Osvaldo Garcia
4. Suplente: Gustavo Zarif Frayha
5. Titular: Ernani Ciríaco de Miranda
6. Suplente: Marcelo de Paula Neves Lelis

Representantes dos Membros Consultivos do Programa:

a) Ministério de Minas e Energia:

1. Titular: Jorge Portella Duarte
2. Suplente: João Daniel de Andrade Cascalho

b) Ministério dos Transportes:

1. Titular: Luziel Reginaldo de Souza
2. Suplente: Mateus Salomé do Amaral

c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

1. Titular: Demétrios Christofidis
2. Suplente: José Silvério da Silva

No período de análise desse relatório foi realizada a 2ª reunião do CGP (12/12/2013) e estava prevista para ocorrer outra em maio de 2014, mas em razão da incompatibilidade entre as agendas, essa reunião foi adiada para o segundo semestre de 2014.

5.3 Unidades de Gerenciamento do Programa – UGP

As UGPs são unidades localizadas dentro da estrutura de cada um dos executores as quais possuem, dentre suas competências: a elaboração dos Planos de Aquisições (PA), dos Planos Operativos Anuais (POA), dos Relatórios Trimestrais, e de acompanhamento do Programa, apoiando as atividades de monitoramento e avaliação do Interáguas.

No período houve alterações na composição da UGP-ANA, com mudanças nos cargos de coordenador adjunto, de Presidente da Comissão de Licitações, de Gerente Administrativo-Financeiro e de Gerente Técnico.

No caso do MI, também houve alterações na composição da UGP, com mudanças nos cargos de Coordenador da UGP, de Coordenadora Técnica e de Coordenador Administrativo.

Por fim, também houve alteração na UGP-MCid, onde a Sra. Lauseani Santoni passou a ser a responsável pelo acompanhamento das atividades do Ministério, substituindo o Sr. Vagner Zacarini.

5.4 Secretaria Técnica do Programa – STP

A Secretaria Técnica do Programa está localizada na estrutura da Agência Nacional de Águas – ANA, e possui, dentre suas competências, a de desempenhar as funções de secretaria executiva do Comitê Gestor do Programa, além de assessorar o Presidente do Comitê no desempenho de suas atribuições.

Em setembro de 2013 houve mudanças na composição da STP, assumindo a Secretaria o especialista em recursos hídricos Marco Alexandre Silva André (Secretário) e o analista administrativo Carlos Araujo Souto (Substituto). A equipe da STP também é responsável pela revisão e controle dos desembolsos, consolidação dos relatórios financeiros, registros no

Client Connection, fornecimento de informações sobre questões de Gerenciamento Financeiro e desembolso.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Em relação a esse tema, em 05 de agosto de 2013 ocorreu uma reunião com a participação das equipes executoras do Interáguas e do Banco Mundial, com o propósito de abordar os seguintes aspectos:

- i) discussão da agenda ambiental e social do Interáguas e das estratégias definidas pelo projeto e como executá-las; e
- ii) realizar uma revisão das Salvaguardas Ambientais e Sociais que deverão ser acionadas pelo Projeto e como estas devem ser consideradas nas atividades do Programa.

A partir das discussões em torno desse tema, identificou-se também a necessidade de um treinamento específico nas questões de salvaguardas e como integrá-las às ações do Projeto. O Banco, junto com a STP, entrou em contato com os especialistas que participaram da preparação do Projeto para discutir como organizar e viabilizar um treinamento específico sobre as Salvaguardas Ambientais e Sociais que são acionadas pelo Projeto e como estas devem ser consideradas nas atividades do Interáguas.

Inicialmente o Programa contrataria os consultores para a realização desse curso, mas o Banco assumiu a responsabilidade pelo treinamento, financiando integralmente as contratações e, dessa forma, a realização desse treinamento ocorreria em julho de 2014.

Previu-se que após a realização desse treinamento, aquelas dúvidas que eram recorrentes acerca das salvaguardas seriam sanadas. Além disso, previu-se também que muitas dúvidas relacionadas com os aspectos ambientais do programa fossem esclarecidas.

A temática da agenda ambiental e social do Interáguas será bastante abordada na Revisão de Meio Termo visto que alguns técnicos entendem que atividades previstas no Plano de Gerenciamento Ambiental do Programa não serão executadas ou até mesmo perderam seu sentido diante da execução do Programa.

7. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS

Abaixo são apresentadas algumas atividades contratadas no âmbito de cada componente.

Componente 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos (ANA e MMA)

Com relação às atividades do Componente 1, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA e da SRHU/MMA, destacam-se alguns dos serviços contratados:

Serviço	Valor
Agência Nacional de Águas	
Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco	5.746.864,94
Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas	4.310.968,84
Consolidação de indicadores para resultados estratégicos da ANA (CGE)	77.040,00
Controle de cheias e inundações e operação de reservatórios (SUM)	98.406,69
Elaboração de propostas para Agenda de Desenvolvimento pós 2015	46.860,33
Batimetria dos açudes Eng. Ávidos e São Gonçalo	189.000,00
Total ANA	10.469.140,80
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	
III Encontro formativo nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental da Bacia do Rio Doce	163.945,00
Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás	2.526.586,13
Carta das águas subterrâneas do Estado do Paraná	739.915,51
Total SRHU	3.430.446,64
Total Geral	13.899.587,44

Componente 2 - Água, Irrigação e Gestão de Riscos de Desastres

Com relação às atividades do Componente 2, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional - MI, durante o período de análise desse relatório não havia sido efetivado nenhum contrato.

Componente 3 - Abastecimento de Água e Saneamento

Com relação às atividades do Componente 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades - MCid, durante o período de análise desse relatório não havia sido efetivado nenhum contrato.

Componente 4 - Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado

O Componente 4 envolve os quatro executores e prevê a execução de ações intersetoriais e de planejamento integrado, com destaque para as seguintes iniciativas:

Serviço	Executores envolvidos	Valor
Plano Nacional de Segurança Hídrica	MI e ANA	5.492.753,21
Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos	ANA e MCid	5.246.354,32
	Total	10.739.107,53

Componente 5 - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação

No Componente 5 destaca-se a Avaliação Ex-Ante do Programa Interáguas, no valor de R\$ 50.964,07.

Como apresentado acima, o valor total dos contratos já assinados é de R\$ 24.766.429,04.

8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA

Após mais de 2 anos da entrada em efetividade do Programa, poucos contratos foram firmados e o valor comprometido está aquém do previsto, como foi visto acima.

No entanto, cabe ressaltar que o número de contratos firmados não retrata a dimensão do esforço empreendido pelas equipes técnicas envolvidas na execução do INTERÁGUAS, tanto das UGPs, quanto dos técnicos propriamente ditos, como da equipe do Banco.

Em alguns casos, foram feitos enormes esforços para a contratação de serviços, no entanto, por decisões superiores, alguns desses processos licitatórios não tiveram sua continuidade.

Essas frustrações ocorreram em maior ou menor escala em cada executor. Algumas vezes causadas por fatores peculiares a cada ministério (mudança de dirigentes), algumas vezes por fatores externos (recomendação do TCU, por exemplo).

Por outro lado, vê-se o processo de Revisão de Meio Termo do Programa como uma excelente oportunidade de ajuste no mesmo. Será um momento em que diversos aspectos do Programa poderão ser revistos e ajustados, tais como atividades previstas, cancelamento de valores, alterações de percentuais de contrapartida e extensão de prazo. Um fato muito interessante nesse processo, e que o difere do momento da preparação do Interáguas, é que os atores que participarão dessa revisão (técnicos das UGPs, dirigentes e demais técnicos) atuam ativamente no Programa e dessa forma considera-se que a contribuição que trarão será bastante efetiva.

Dessa forma, claramente são apresentados como desafios para os próximos meses a definição do novo Plano de Aquisições e a Revisão de Meio Termo do Programa. Para tanto, será necessária uma maior aproximação entre as esferas decisórias e as equipes técnicas dos executores. Nessa situação, as UGPs terão um papel fundamental, pois elas atuarão como ponte entre um lado e outro, permitindo a fluidez entre as informações, expressando os anseios e dificuldades encontradas para o atingimento dos objetivos do Programa.